



Fábio Alves

E-mail: fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve

Bomba relógio nos EUA

Como evitar a provável insolvência do sistema de aposentadoria da segurança social dos Estados Unidos – se nada for feito no curto prazo – é um dos temas mais delicados da eleição presidencial americana neste ano e que tem suscitado declarações, no mínimo, vagas de Joe Biden e Donald Trump, os dois potenciais candidatos pelos partidos Democrata e Republicano.

Agência americana responsável pela Previdência Social – a Social Security Administration (SSA) – prevê que o fundo das reservas para pagar as aposentadorias vai se esgotar em 2033,

uma vez que desde 2010 os desembolsos com os benefícios vêm superando, ano a ano, as receitas com as contribuições previdenciárias dos trabalhadores na ativa. Estima-se que, em 2024, aposentadorias serão pagas a 68 milhões de americanos.

É um sistema de repartição semelhante ao do Brasil: os trabalhadores na ativa contribuem para o pagamento das aposentadorias já concedidas. Em 1960 existiam 5,1 trabalhadores na ativa contribuindo para o pagamento de cada aposentadoria nos EUA. Em 1980, essa razão caiu para 3,2. Atualmente, está por volta de 2,7. Em 2043, a previsão é de 2,2.

Segundo atuários da SSA, se e quando o fundo de reservas se esgotar o valor dos benefícios terá um corte automático ao redor de 25%, o que seria um de-

Se nada for feito no curto prazo, há risco de insolvência do sistema americano de aposentadoria

sastre para os aposentados do segmento de mais baixa renda da sociedade americana, pois calcula-se que o benefício chega a representar mais de 70% da renda total dessas pessoas.

Na verdade, o que acontece nos EUA é um drama mundial, pois as pessoas estão vivendo mais, enquanto cada vez menos gente entra no mercado de trabalho formal, reflexo, entre outros fatores, da queda drástica na taxa de natalidade. Em 1940, nos EUA, a expectativa de vida de uma pessoa com 65 anos de idade era de 14 anos. Atualmente, em média, é de mais de 20 anos. Por outro lado, a taxa de natalidade caiu 23% entre 2007 e 2022.

A última reforma da seguridade social nos EUA aconteceu em 1983, quando a idade para receber o benefício maior integral foi elevada de 65

anos para 67 anos – com a implementação ao longo de 40 anos. De lá para cá, o Congresso americano já discutiu várias propostas, mas democratas e republicanos nunca chegaram a um acordo.

As opções para evitar a insolvência são: aumentar a contribuição previdenciária para salários mais altos; reduzir o valor dos benefícios; ou elevar novamente a idade mínima para o valor integral da aposentadoria. Mas nem Biden nem Trump parecem querer se comprometer com essas alternativas politicamente amargas. ●

COLUMNISTA DO BROADCAST

SEB, Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revêz em quinzenalmente) • TER, Demi Getschko (quinzenalmente) • QUA, Fábio Alves • SEX, Elena Landau e Laura Karpuska (revêz em quinzenalmente) e Pedro Doria • DOM, José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Contas públicas Ajustes

Governo recua e vai tratar do Perse e da reoneração municipal em projeto

Decisão foi anunciada depois de reunião de Haddad com o presidente da Câmara, Arthur Lira, e líderes de partidos

FERNANDA TRISOTTO
SHEYLA SANTOS
BRASÍLIA

O governo decidiu que enviaria ao Congresso um projeto de lei com urgência constitucional para tratar do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e da contribuição previdenciária especial para municípios, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Trata-se de mais um recuo do governo em relação à Medida Provisória (MP) 1.202, editada no fim do ano passado, que também propunha a reoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. Esse trecho foi retirado da MP, na semana passada, em razão da forte reação do Congresso e de representantes do setor privado.

A reoneração foi encaminhada ao Congresso na forma de projeto de lei. Os demais trechos da MP haviam sido mantidos.

Agora, a retomada da tributação sobre o setor de eventos, beneficiado no início da pandemia com o Perse, e a contribuição previdenciária especial para municípios também serão tratadas em outro projeto de lei. A decisão foi anunciada por Haddad após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e líderes da Casa.

NOVA VERSÃO. Segundo o ministro, o projeto de lei irá propor uma versão do Perse mais focada nos setores que mais precisam – e não na extinção imediata do programa. A proposta será encaminhada com urgência constitucional, que dá prazo de 45 dias para o Congresso avaliar o texto. Isso permitirá que a discussão ocorra no período de vigência da MP, que vai até maio, enquanto o PL terá de ser votado em abril.

Haddad afirmou que, apesar da retirada de alguns trechos, a MP 1.202 ficará valendo para

Desidratada

O que muda na MP 1.202 com os recuos do governo

● Na semana passada, em meio à reação negativa de parlamentares e empresas, o governo recuou e tirou da MP o trecho que tratava da reoneração de 17 setores da economia, que têm uma alíquota menor para as contribuições previdenciárias desde 2011

● Ontem, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) anunciou que outras duas medidas também serão retiradas do



texto da MP: a que encerrava a vigência do Perse, programa especial criado durante a pandemia da covid-19 para ajudar o setor de eventos; e a que eliminava a desoneração da folha de pagamentos de prefeituras de cidades com até 142 mil habitantes. Esses dois temas agora serão tratados em projetos de lei que serão enviados ao Congresso

● Diferentemente da reoneração dos 17 setores, que foi revogada, as suspensões do Perse e da desoneração dos municípios previstas na MP continuam valendo até que os projetos de lei sejam aprovados pelo Congresso

a medida que limita as compensações tributárias decorrentes de decisões judiciais.

Segundo o ministro, tanto no caso do Perse quanto na desoneração da folha de pagamento ainda é preciso remodelar os projetos para saber o tamanho que terão. Só após isso é que será possível definir o

custo dos programas.

Na reunião de ontem, Haddad disse que apresentou a Lira e aos líderes números do Perse da Receita Federal. “Em 2022, nós tivemos mais de R\$ 10 bilhões de renúncia fiscal para o Perse e, em 2023, mais R\$ 13 bilhões em renúncia para o Perse, já expurgadas as eventuais

inconsistências dos informes dos próprios contribuintes. Mandei fazer um pente-fino bastante rigoroso para termos ideia do quanto está custando o Perse por ano”, explicou.

Ele reiterou que esses são os números informados pelo contribuinte, e que a Receita ainda pode ampliar a apuração mediante fiscalização. Desde a edição da MP, no último dia útil de 2023, governo e empresas do setor travam uma disputa sobre o custo real do programa.

O impacto fiscal inicial foi estimado pela equipe econômica em R\$ 4,4 bilhões por ano, mas seu custo provou ser bem superior – Haddad chegou a falar em R\$ 17 bilhões em 2023. Já um estudo da consultoria Tendências, feito a pedido do setor, avaliou que o valor não teria passado de R\$ 6,5 bilhões.

Segundo apurou o *Estado/Broadcast*, parlamentares defendem criar uma espécie de limite de faturamento – valor ainda em análise – para que companhias possam ingressar no programa. Hoje, os requisitos para que empresas sejam beneficiadas são apenas desempenhar atividade no setor de eventos e ter sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) enquadrada na lei. Outra proposta é incluir trecho que proíba que empresas geridas por fundos possam ser beneficiadas. ● COLABORAM JANDER PORCELLA e GIORNANA NEVES/BRASÍLIA

Haddad deve fazer nova reunião com deputados

Apesar de reconhecerem a existência de “inconsistências” no Perse, os líderes de partidos do Congresso pediram que o governo trate o setor de eventos com atenção. “Eles fizeram sugestões de como blindar o pro-

grama para não haver esse tipo de sangria e trazer para patamares que sejam suportáveis mediante compensações”, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após o encontro.

Assim, a Fazenda deverá ela-

borar um estudo de caso para verificar quais segmentos no setor de eventos ainda não se recuperaram e precisam de ajuda. O autor do Perse, deputado Felipe Carreras (PSB-PE), informou que Haddad deve rece-

ber deputados ainda nesta semana para tratar dos termos do novo modelo do programa. O texto, segundo o deputado, pode sair nos próximos dias para que comece a tramitar na Câmara ainda em março.

“Ele deu os números, se colocou à disposição, tanto ele quanto sua equipe, para a gente

fazer o confronto dos dados que foram apresentados pelo setor, para a gente chegar a um entendimento e, a partir do projeto de lei, rediscutir filtros, travas, para tornar o Perse dentro da sua natureza, para as empresas que realmente tiveram prejuízo (durante a pandemia de covid-19).” ● F.T. e S.S./BRASÍLIA